

A Educação Popular, a Extensão Universitária e o MST em um contexto de luta pela Reforma Agrária

Obede Guimarães de Souza¹

Resumo

Neste artigo, pretendo provocar algumas reflexões metodológicas e conceituais a respeito da Educação Popular, extraídas de um processo empírico de três semestres de intervenções, tendo como sujeitos principais a comunidade do Assentamento Nova Panema no município de São Sebastião do Passé (BA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o NEPPA (Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias) e todos e todas que contribuíram e participaram de alguma forma da ACC EDC B82 – Educação Popular em Áreas de Reforma Agrária: Os Desafios da Educação do Campo².

É também uma tentativa de demonstrar como a extensão universitária pode ser uma ferramenta importante para a transformação social, neste caso, enquanto atividade de Educação Popular e em diálogo com algumas ações e formulações teóricas do MST no campo da Educação.

Ao mesmo tempo, problematizamos sobre a questão agrária no Brasil, da Reforma Agrária implementada nos governos federais a partir da década de 1990, da mobilização social na luta pela Reforma Agrária praticada pelo MST e, principalmente, sobre a história da comunidade e deste experimento educativo.

¹ Licenciado e bacharelado em História pela Universidade Federal da Bahia, integrante do coletivo de monitoria da ACC EDC B82 e do NEPPA (Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias), que desenvolve intervenções de Educação Popular desde 2006 em comunidades rurais vinculadas ao MST nas áreas da Educação, Agroecologia, Saúde, Juventude e Rádio Comunitária.

² ACC – Atividade Curricular em Comunidade. Disciplinas de extensão oferecidas pela UFBA, através da Pró-Reitoria de Extensão.

1. O caminho a ser percorrido...

Quando iniciamos as discussões em 2008 sobre o que esta ACC³ seria, alguns objetivos eram claros: realizar um experimento de educação popular em alguma comunidade vinculada ao MST, relacionar este experimento à pedagogia do próprio MST e à Educação Popular em uma perspectiva de promoção da emancipação humana.

Um processo educativo que contribuísse para a organização da comunidade em suas reflexões, formulações e ações para a solução dos seus problemas. Conhecer, sentir, problematizar, refletir e agir no mundo para transformá-lo.

Mas, para ser Educação Popular, precisaria ser um processo educativo que atingisse toda a comunidade, que extrapolasse os muros da escola e atingisse as mais diversas dimensões da vida e do cotidiano da comunidade⁴. Depois de acalorados debates, chegamos à conclusão de que naquela situação era necessário “começar do começo”, não precisávamos começar por toda a comunidade, o que precisávamos era começar por onde tínhamos condições de “começar bem”.

Nos faltava o conhecimento sobre a realidade e a história da comunidade e não havia mais tempo para um diagnóstico prévio, o diagnóstico teria de acontecer nas intervenções do grupo. Mesmo assim, precisávamos tomar algumas decisões como: periodicidade, eixos temáticos, bibliografia etc.

Embora tenha feito muita falta no início dos trabalhos, o diagnóstico processual nos permitiu apropriações mais condizentes com a realidade, pois esta também é processual, ou seja, histórica.

Também não havia relação de confiança alguma entre a comunidade e o grupo da ACC e iniciar apenas pela escola poderia possibilitar a construção gradativa da confiança

³ ACC EDC B82 Educação Popular em Áreas de Reforma Agrária: Os desafios da Educação do Campo, coordenada pela Prof^a Dr^a Nair Casagrande da Faculdade de Educação da UFBA e realizada em parceria com o NEPPA (Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias), desde agosto de 2008.

⁴ Para melhor compreensão e aprofundamento sobre a perspectiva de Educação Popular a que me refiro neste artigo, ver BRANDÃO (2006) FREIRE (1979, 2005 e 2006) BOFF (1986), FREI BETO (2000) e MESZÁROS (2005).

necessária, já que a única relação que tínhamos neste início era com a professora e com as crianças da escola.

Os passos foram clareando: A primeira tarefa era conhecer a realidade e a história da comunidade. Por se tratar de uma comunidade oriunda da luta pela Reforma Agrária e vinculada a um movimento social, consideramos ser necessário também conhecer o MST e a Questão Agrária. Estavam constituídos os temas centrais a serem estudados pelos extensionistas a cada semestre na ACC: Histórico da Questão Agrária, o MST (história, organização e sua pedagogia) e a Educação Popular.

Então, aplicamos um censo que atingiu a maioria dos que moravam constantemente na agrovila do Assentamento, fizemos uma série de oficinas com as crianças que resgatavam o histórico, além de atividades culturais (rodas de viola, samba de roda, filmes etc.), entrevistas, mutirões e diversos momentos de descontração que, associado à apropriação teórica, nos permitiram constatações mais totalizantes.

As oficinas surgiam vinculadas aos temas levantados pela comunidade ou percebidos por nós empiricamente, como a ausência da escola, por exemplo. Este é o princípio norteador da educação popular que praticamos: As ações como síntese do diálogo entre a ACC e a comunidade. Duas vontades que se comunicam sem sobreposição, duas intenções políticas que dialogam e não raro produzem novas sínteses.

2. Conhecendo a comunidade...

A primeira ressalva a ser feita é que, para quem procura conhecer a realidade deste Assentamento ou de qualquer outra comunidade, o lugar mais adequado não é em um texto, embora possa ajudar bastante. O lugar mais apropriado é o próprio lugar a ser conhecido, desvendar a realidade se inserindo nela, sentindo-a, compartilhando códigos, hábitos, linguagens, princípios, valores, desejos, medos, sonhos etc. Cada comunidade tem uma dinâmica própria, características específicas.

É do diálogo estabelecido entre as pessoas e com a realidade, que os conteúdos e as metodologias devem surgir. O desafio é conseguir proporcionar que saberes distintos dialoguem entre si mediados pelo mundo, pelas experiências vividas. Este diálogo precisa acontecer nas dimensões estéticas, de linguagem, valores, sentimentos, princípios, ideologias, posicionamentos políticos e de forma não hierarquizada ou pelo menos nesta perspectiva.

Outra questão central é que dialogar não é se omitir e nem ser permissivo. Trata-se de promover o máximo de comunicação e de intercâmbio de saberes possível para que novas sínteses possam surgir.

A educação como ferramenta para a transformação da realidade. É este o objetivo que precede: Construir experimentos educativos que fomentem sociabilidades baseadas em valores como solidariedade, justiça, liberdade e não exploração do trabalho alheio, contrapondo-se diretamente aos valores hegemônicos de competitividade, individualismo e egoísmo.

É da percepção e reflexão dessa realidade que brotaram as razões para que determinados temas e metodologias fossem escolhidos e outros não. Um esforço contínuo para permitir que a realidade se sobrepusesse ao que queríamos e que as necessidades colocadas pela comunidade se sobrepusessem às que nós julgávamos ser necessárias.

No primeiro semestre (2008.2) aplicamos um censo que produziu resultados riquíssimos. Ao mesmo tempo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA) coletava informações na comunidade para a autorização ou não da reforma das casas. Como fazíamos parte de uma Universidade Federal, algumas pessoas da comunidade fizeram a associação: As informações dadas aos estudantes estariam disponíveis para o INCRA, pois ambos são órgãos Federais. E como a experiência da comunidade demonstrava que o INCRA não é confiável...

O boato se disseminou pela comunidade e a desconfiança predominou durante um pouco mais de um semestre. Nenhum adulto participava das atividades que tentávamos promover e as oficinas na turma de EJA à noite se esvaziaram completamente.

A nossa decisão prévia de começar pela escola, sobretudo com as crianças da turma multisseriada (1º ao 5º ano do ensino fundamental) se mostrou acertada e evitou desgastes em um momento tão delicado. Entendemos que relações de confiança são construídas processualmente e são imprescindíveis para que o experimento educativo exista.

Mesmo desconfiada, a comunidade não via problemas em fazermos as oficinas (que eles chamavam de brincadeiras) apenas com as crianças que estavam sempre dispostas e interessadas em participar. Tivemos de permanecer restritos às crianças durante quase dois semestres. Período em que a convivência foi gradualmente desfazendo as interpretações equivocadas e construindo relações de confiança.

Ao nos envolvermos com o MST – Recôncavo, deparamo-nos com um processo histórico de aproximadamente 14 anos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra chegou ao Recôncavo Baiano com sua ação política mais relevante e transformadora da realidade: A Ocupação de Terras. Uma afronta à propriedade privada, que desconstrói certas relações de poder: patrão/empregado e constrói outra: camponeses auto-organizados.

Através das ocupações, o MST conquista suas áreas, territorializando-se⁵, tornando-se real em suas ações no mundo e na constituição de idéias, conceitos e valores no bojo do conflito, na luta pela sobrevivência nos barracos de lona e no confronto direto com o latifúndio, seus jagunços (hoje também chamados de seguranças), a polícia e a justiça.

⁵ Conforme SANTOS (2002), onde explicita que *“é o uso do território e não o território, em si mesmo, que faz dele objeto de análise social, o território em questão é o território usado”*. O território não deve ser visto apenas na dimensão do espaço físico, mas deve resgatar fatos, histórias e práticas do cotidiano das comunidades e de seus valores, princípios e sentimentos.

Os primeiros confrontos ocorreram na região de Santo Amaro em 1996-97⁶, quando diante do escândalo de corrupção e sonegação de impostos envolvendo o Banco Econômico, o MST decide ocupar seguidamente duas fazendas do Grupo Econômico que geraram os Assentamentos Bela Vista e Eldorado de Pitinga.

Um outro aspecto importante era o momento de baixa na média do preço das terras em todo o Brasil⁷, por conta da política cambial e dos demais incentivos governamentais para atrair investidores internacionais, sobretudo o capital financeiro e o agronegócio⁸. Em alguns pontos do recôncavo e no sul da Bahia, o quadro se agravou por conta da crise da lavoura cacaeira provocada pela Vassoura de Bruxa⁹.

Como o Grupo Econômico era devedor do Estado e estava sendo denunciado constantemente na mídia, além dos problemas financeiros que o atingia, o momento político se tornara favorável à luta pela Reforma Agrária na região. O latifúndio estava enfraquecido economicamente e politicamente.

Normalmente, uma família de trabalhadores entra em algum movimento de luta pela terra por necessidade de um meio para a sua sobrevivência e por acreditarem que é possível conseguir um pedaço de terra, por acreditarem que a Reforma Agrária é possível.

Não esquecendo que existem dezenas de outros aspectos, tais como identidade camponesa e com a terra, religiosidade, relações raciais, familiares, psicológicas, de gênero, entre outros, que compõem este processo e faz com que uma família deixe de ser

⁶ O processo histórico de territorialização das famílias Sem Terra nas Ocupações e Assentamentos do MST em Santo Amaro (BA), encontra-se, com riqueza de detalhes, em Cirlene Jeane Santos e Santos. O processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no Estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

⁷ STÉDILE (2005)

⁸ Neste artigo utilizamos o termo agronegócio como sinônimo de Empresa Rural Transnacional, que utiliza grandes extensões de terra para o monocultivo voltado para o mercado externo e com intenso uso de agrotóxicos. Para melhor entendimento, ver STÉDILE (2005), MORISSAWA (2001) e GRAZIANO (1986).

⁹ A Vassoura-de-bruxa é uma doença dos cacaeiros causada pelo fungo basidiomiceto *Moniliophthora perniciosa*. É uma das doenças de maior impacto econômico na produção de cacau. *M. perniciosa* ataca principalmente os frutos, brotos e almofadas florais, ocasionando queda acentuada na produção, provocando o desenvolvimento anormal, seguido de morte, das partes infectadas.

assalariada, meeira, rendeira, diarista ou desempregada e decida se tornar Sem Terra¹⁰ a partir de suas reflexões sobre a sua realidade e as alternativas percebidas por ela no mundo.

O sucesso das ações em Santo Amaro incentivou centenas de famílias em todo o recôncavo. Estava comprovado, de fato era possível conseguir um pedaço de terra, pois eles conheciam uma experiência real.

Então, nos anos seguintes, as ocupações de latifúndios se espalharam por todo recôncavo. Em 1998, o MST ocupa a Fazenda Panema da Empresa Sibra, na região de São Sebastião do Passé, dando origem ao Assentamento Nova Panema e nos anos seguintes a vários outros na região: Pedrinhas, depois Bento e Recanto da Paz e mais recentemente ao Santa Maria. Sem falar nas dezenas, talvez centenas de outras ocupações e Assentamentos desde Água Fria (já na transição para o Agreste) até Candeias, na região metropolitana de Salvador.

No Nova Panema¹¹, depois da ocupação veio o despejo, a destruição dos barracos e da plantação, e a teimosia dos Sem Terra, que não desistiram, como demonstra a composição do Sr. Antônio Néri relatando o despejo vivido em poesia.

*“É uma calamidade,
Quando chega o camburão;
Taca fogo nos barracos
E destrói a plantação.*

*Tem que ter coração duro,
Para suportar a dor;
Ao ver tudo estragado,
Aquilo que você plantou.*

*Aguenta coração, aguenta coração
Tem que ter coração duro*

¹⁰ Sobre o processo de constituição da identidade Sem Terra, entendida aqui como sistema de valores, e da consciência de classe vinculada a estes valores, ver: CALDART (2004) e o Caderno de Educação do MST nº 8.

¹¹ Comunidade onde acontecem as intervenções de Educação Popular realizadas pela ACC EDC B82 Educação Popular em Áreas de Reforma Agrária: Os desafios da Educação do Campo.

Só Deus tendo compaixão.”

Antonio Néri

Poeta, músico popular e Sem Terra - Assentado no Nova Panema

Porém, a Reforma Agrária implantada no Brasil não possibilita a permanência do ser humano no campo, pelo contrário, o processo de êxodo rural, de concentração da propriedade da terra continua e forja um mundo rural que é apenas espaço de produção para tratores e seus operadores e não como um espaço para se viver e constituir família.

Este quadro é composto pelo não acesso à educação, saúde, esporte, lazer, cultura, assistência técnica, financiamento, tecnologia, solo de qualidade, transporte e estradas.

Tudo isso regado pela proteção judicial ao latifúndio e pela falta de vontade política do governo federal na implementação de medidas essenciais para a continuidade e aumento das desapropriações de latifúndios, tais como o reajuste do índice de produtividade, o combate e a punição da grilagem, sobretudo do agronegócio e o cumprimento das leis ambientais, trabalhistas, de biosegurança e de fronteiras.

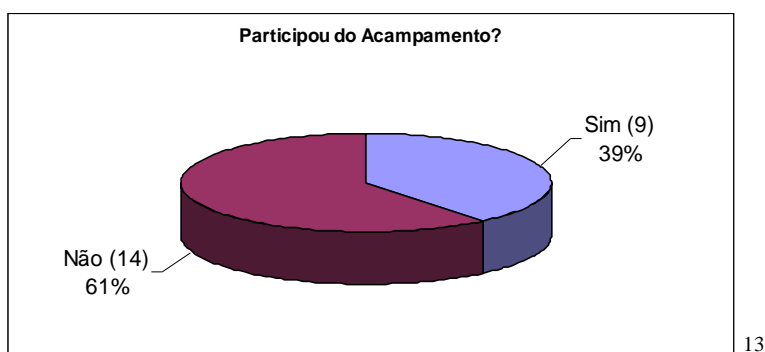
Pela falta de vontade política dos municípios, que descumprem a Constituição Federal, negando às populações rurais, inclusive as áreas de Reforma Agrária, os serviços de educação e saúde com a qualidade e a periodicidade devida.

Em todos estes aspectos, o Panema não é uma exceção e sim um clássico de como a Reforma Agrária Brasileira é formulada para não dar certo. Alguns destes elementos serão tratados a seguir, mas ao realizar o censo¹² na comunidade, duas constatações surgem imediatamente: A quantidade de casas vazias (encontramos 23 famílias das 58 possíveis) e a permanência de poucas pessoas que viveram a ocupação (das famílias encontradas, apenas 39% está na comunidade desde o início).

Há também cinco famílias que preferem morar em seus lotes, distante dos outros moradores na Agrovila, por motivos que vão desde a busca pela tranquilidade, privacidade

¹² Censo realizado pela turma da ACC Educação Popular em Áreas de Reforma Agrária em 2008.2

e proximidade com o local de produção, que o lote oferece até problemas de relacionamentos na comunidade.



Algumas das casas estão permanentemente vazias, devido aos fracassos em iniciativas importantes na área da produção somados a uma série de dificuldades, como veremos depois. Diante desta realidade, muitos avaliaram que um trabalho na cidade é uma alternativa melhor do que ser assentado no Panema, como demonstra a saída de diversas famílias ou de parte delas. Recentemente a professora da escola em 2007, 2008 e 2009, seu esposo e sua filha, se mudaram para uma comunidade mais próxima do município de Mata de São João onde ele tem um emprego.

Devido à Reforma Agrária está submetida às regras do mercado¹⁴, não raro a terra desapropriada possui uma capacidade produtiva baixa por conta do desgaste promovido pela monocultura, no caso do Panema, a monocultura de Eucalipto¹⁵. Em vários lotes predomina areia e pedra no solo. Vários lotes são incultiváveis enquanto não ocorrer uma assistência técnica qualificada, recursos para manejo de solo e adubação, sementes ou mudas de qualidade e recursos para manejo da água.

¹³ Todos os gráficos utilizados são oriundos deste mesmo censo.

¹⁴ Na verdade, a política pública chamada de Reforma Agrária, sequer consegue promover alguma reforma na concentração fundiária do País como pode ser verificado nos dados do Censo Agropecuário divulgados em 2009 disponível no site: www.ibge.gov.br e entendida melhor em STÉDILE (2005), Caio Prado Júnior (1979) e GRAZIANO (1986).

¹⁵ Segundo o relato de vários assentados, a Fazenda Panema pertencia a Sibra Florestal que plantava eucalipto para fazer carvão, que servia de combustível para a Siderurgia. Para mais informações sobre os danos sociais e ambientais do monocultivo de eucalipto, ver o filme Cruzando o Deserto Verde de Ricardo Sá.

O primeiro financiamento que os Assentados receberam (PRONAF I)¹⁶ foi majoritariamente investido no plantio de uma variedade de caju trazida do Ceará: o caju precoce¹⁷. Porém devido às péssimas condições do solo e a igualmente péssima assistência técnica, a maior parte das mudas plantadas morreram e as que vingaram produzem com a mesma intensidade que o caju nativo.

Esse insucesso gerou um dos maiores problemas da comunidade, pois o projeto de caju precoce não garantiu o aumento da renda dessas famílias e, além disso, ainda as deixou endividadas. Diante dessa realidade extremamente adversa, muitos optaram por sair do Assentamento.

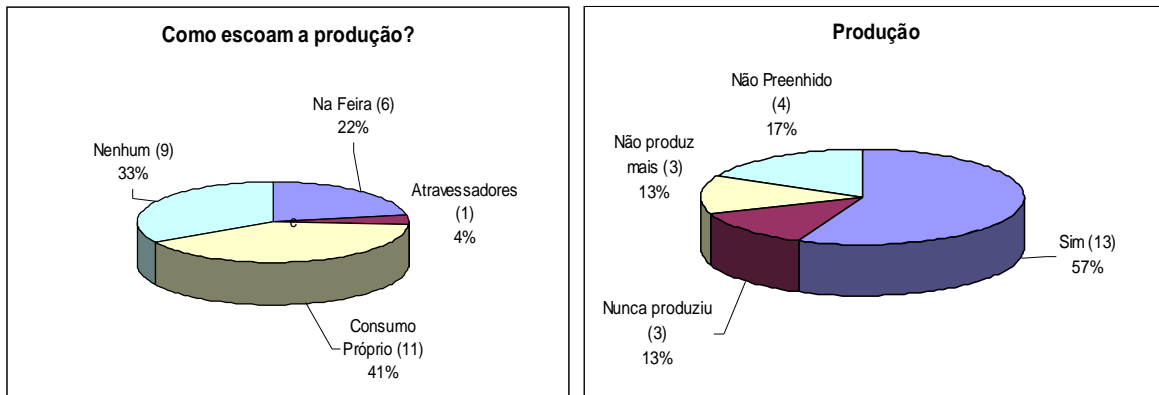
Aquelas pessoas que aceitassem assumir a dívida da família e pagar por eventuais benfeitorias (casa, galinheiro, curral...) poderiam ficar com o lote. Isso fez com que algumas famílias sem vínculo orgânico prévio com o MST, com sua luta, e que tinham capacidade econômica de assumir a dívida entrassem no assentamento. Trata-se de uma distorção esdrúxula de Reforma Agrária, já que a luta por um pedaço de terra pode se concretizar na conquista de uma dívida não usufruída.¹⁸

Por conta destes fatores, 26% dos entrevistados declararam não produzir e mesmo com tantas adversidades 41% produzem para consumo próprio e outros 26% produzem excedente e os comercializa.

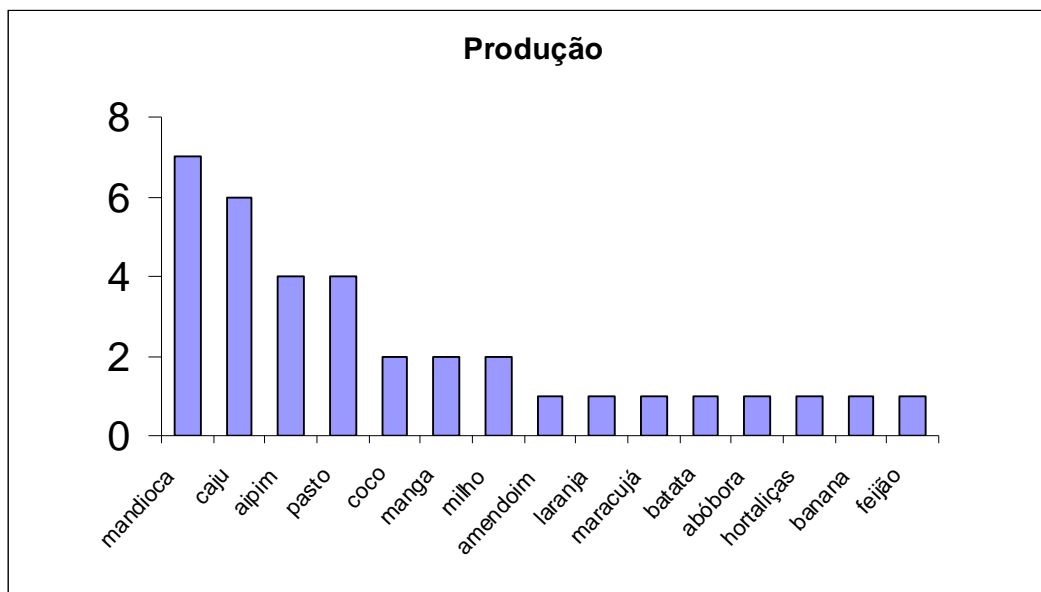
¹⁶ Programa Nacional de Financiamento da Reforma Agrária. Para mais informações acessar www.incra.gov.br.

¹⁷ Variedade do caju que inicia seu ciclo produtivo dois anos antes do caju nativo e produz duas vezes ao ano enquanto o nativo produz uma vez apenas. Mesmo assim, tiveram algumas famílias que optaram pelo plantio de coco e de capim para a criação de gado.

¹⁸ Esta distorção gera uma série de dificuldades na auto organização da comunidade para o enfrentamento e a superação de seus problemas. Estas famílias não possuem uma identidade vinculada ao movimento social e a sua luta, não conquistaram a sua terra na ação coletiva e não se sentem parte da comunidade. Para compreensão ver CALDART (2004).



Embora a produção seja diversificada, concentra-se na Mandioca, caju, aipim e pasto para a pecuária. Além dos itens abaixo, em 2009 iniciaram o plantio de abacaxi nos lotes individuais.



Todas estas informações levaram o coletivo da ACC a perceber a centralidade da produção na história e na vida presente dos assentados. O quanto estes problemas econômicos se relacionam com diversos conflitos inter-pessoais, com a não organização da comunidade e com um sentimento disseminado de naturalização da situação a que estão submetidos, considerando-a imutável.

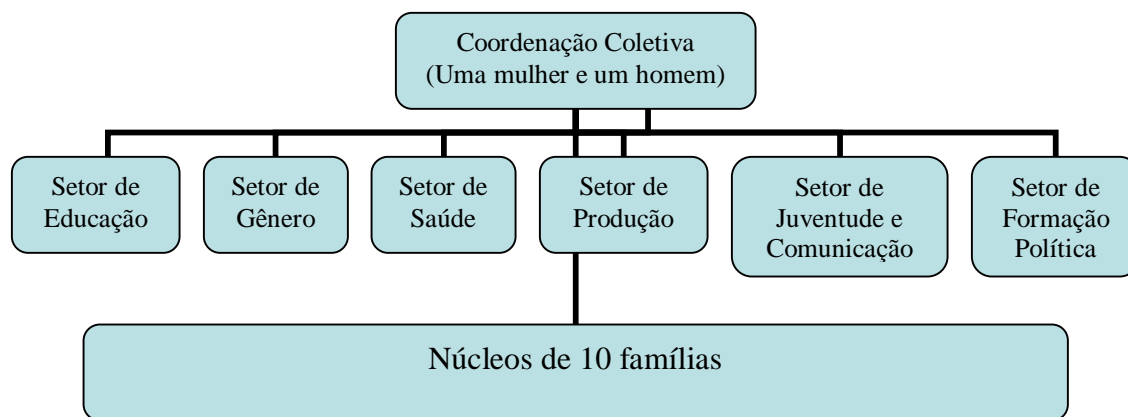
Estas decepções com a Reforma Agrária são vinculadas das mais variadas formas ao MST, e contraditoriamente, algumas vezes o MST é mais responsabilizado do que o próprio Estado que é o elaborador e executor da Reforma Agrária.

Normalmente, onde o desconhecimento sobre o MST é maior, as dificuldades para a superação dos problemas também são. Nos Assentamentos onde a pedagogia do MST não é conhecida, via de regra a Escola funciona pior, onde não se conhece a forma de organização, há mais autoritarismo, fragilidade do coletivo e assim por diante.



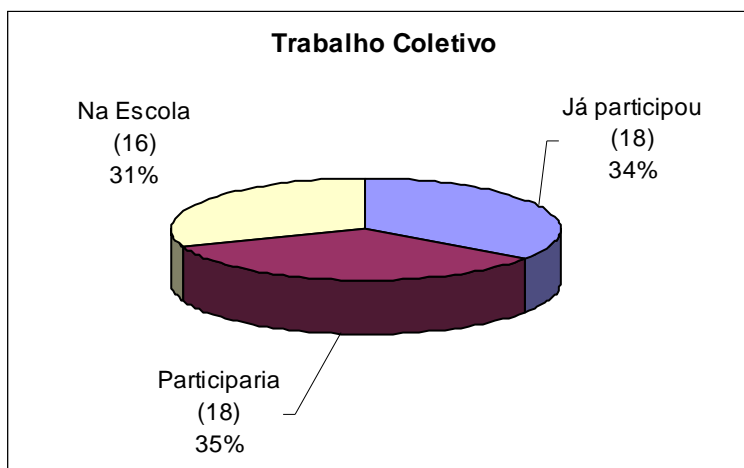
No Panema este quadro se comprovava. Possuía uma organização autoritária, centrada na figura de um “presidente” e o desconhecimento predominante sobre a forma de organização do MST.

Para o MST, todo Assentamento deveria ser composto por pequenos núcleos de 10 famílias cada. Estes núcleos deveriam discutir problemas e soluções, elaborar e implementar ações, organizar o trabalho coletivo e de cada núcleo deveria sair pelo menos um representante para cada Setor que seria responsável por sua área. A coordenação (uma mulher e um homem) seria escolhida periodicamente em Assembléia tendo como fundamentos a auto-indicação, o consenso e a rotatividade.



A coletivização das tarefas e das responsabilidades era muito débil no início dos trabalhos da ACC. Hoje há um pequeno grupo, talvez umas nove famílias que participam periodicamente das oficinas pedagógicas que realizamos e vem se organizando não só para as oficinas, mas para mutirões, discussões, decisões e ações políticas. Nestes três semestres a coordenação do Assentamento foi trocada, surgiu o Setor de Educação e está no processo de constituição do Setor de Saúde.

Apenas 34% dos entrevistados já tinham participado de algum trabalho coletivo, sendo 31% em trabalhos coletivos vinculados à Escola. Só recentemente os mutirões voltaram a fazer parte do cotidiano da comunidade na construção das Igrejas, reconstrução da Escola, arborização da praça central e a capinagem de áreas coletivas, como ao redor do tanque de água da comunidade e da casa de farinha.



A Escola Municipal Nova Panema, feita de taipa, desabou há aproximadamente seis anos. Em caráter provisório, a partir de então, passou a funcionar na antiga garagem da Associação do Assentamento. Este espaço era extremamente carente de infra-estrutura. Sem banheiro, com as carteiras quebradas, sequer possuía paredes.

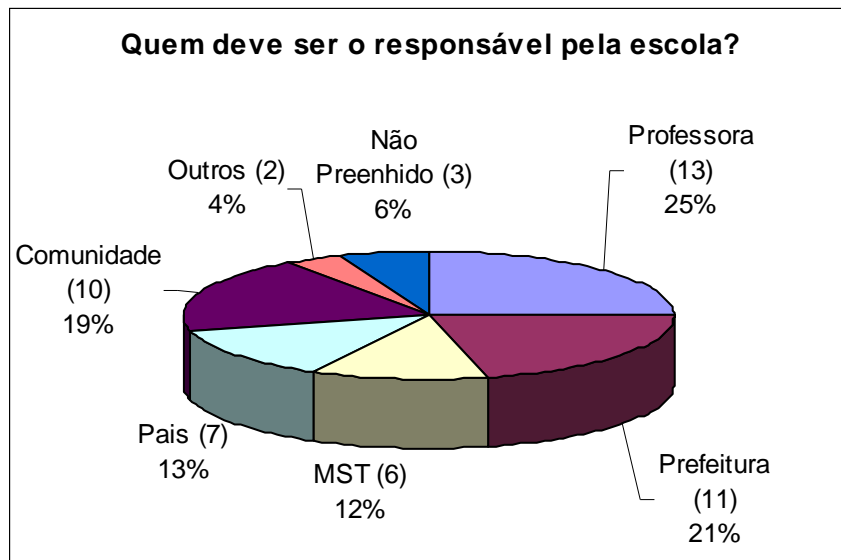
Nela funcionam duas turmas: A primeira no turno matutino com 25 crianças entre 5 (cinco) e 14 (quatorze) anos, englobando os 5 anos do Ensino Fundamental 1º Ciclo, de forma multisseriada. A segunda no noturno com uma turma, ainda em formação, de Alfabetização de Jovens e Adultos, vinculada ao TOPA (Todos Pela Alfabetização – Programa do Governo do Estado).

Possui uma professora, que mora na cidade e que foi contratada este ano pela Prefeitura em um contrato anual para a turma matutina e receberá uma bolsa-auxílio pelo Governo do Estado para a turma de EJA, que possui 11 matriculados. A Escola é vinculada a Prefeitura de São Sebastião do Passé, que se omite a não contratar uma pessoa responsável pela merenda e limpeza, a não custear a energia elétrica, a não fornecer uniformes para as crianças e a não enviar a merenda completa e em tempo. O período letivo, em 2010, começou em 22/02 e até 25/03 a merenda escolar não tinha chegado. A merenda de todas as escolas que ficam na zona urbana de São Sebastião já foi fornecida.

No Orçamento Participativo (OP) de São Sebastião do Passé ocorrido no segundo semestre de 2008, a comunidade se organizou e debateu em que deveriam votar. Discutiram em Assembléia e decidiram que a Escola era a reivindicação mais importante a ser feita. Conseguiram um ônibus, foram juntos à cidade e toda a comunidade votou na construção da Escola, acatando a decisão da Assembléia e ficando em 1º lugar no OP da microrregião de Lamarão¹⁹. Embora tenham ganhado, ainda não levaram, pois a construção não começou até hoje, em 2010.

A relação entre a comunidade e a escola é contraditória. No gráfico abaixo se percebe que a concepção de quem seria responsável pela escola é bastante diversa, mas a opinião mais frequente na comunidade (25%) é de que a Professora é a responsável pela Escola. Isto se revela na prática quando em Assembléia, no início de 2009, foi colocado que a professora deveria pagar a conta de energia e a merendeira da Escola com o seu salário.

¹⁹ Distrito do município de São Sebastião do Passe (BA), situado à 9 Km do Assentamento. – A prefeitura havia lançado uma promoção em que o item mais votado em cada distrito seria atendido imediatamente.



A média de escolaridade é de 5 anos entre os entrevistados e a comunidade é atendida por uma equipe do Programa Saúde da Família (PSF) que é formada por um médico e uma enfermeira, sendo que estes profissionais não se vinculam a área, havendo intensa rotatividade. O atendimento odontológico é oferecido na cidade e não há transporte garantido para levar os assentados. Apenas uma Agente de Saúde é responsável por cerca de 250 famílias dispersas em grande unidade territorial e sem estrutura de transporte para realização das visitas domiciliares. O atendimento pela equipe de saúde deveria ser realizado quinzenalmente em uma sala da sede da Associação, porém, na prática, este intervalo se estende ainda mais, pela falta repetida dos profissionais ao serviço, problemas no carro da prefeitura, entre outros. Além de intermitente, o atendimento é recente, desde início de 2008.

A justificativa do poder público municipal se fundamenta no fato do assentamento se localizar na fronteira entre os municípios de São Sebastião do Passé e de Dias D'Ávila. Um empurrando para o outro as responsabilidades.

Uma comunidade que se insere em um movimento predominante de Êxodo Rural no Brasil e possui uma rotatividade constante em sua população, dificultando a coesão.

A desterritorialização, provocada pelas constantes migrações das famílias do campo, proporcionam rupturas bruscas nas relações ser humano-espaco, ser humano-trabalho e ser humano-ser humano. A autoconstrução cotidiana do ser social, que vinha ocorrendo em um

território rural, com determinadas pessoas, sob determinadas relações de trabalho; diante da migração, se refaz sob novos parâmetros: o território urbano, novas pessoas, novos trabalhos etc.

A migração campo-cidade e todas as suas conseqüências, tais como o inchaço desordenado das cidades, o crescimento exponencial de favelas, é uma característica de todo o Brasil durante o século XX

Muitas destas famílias migraram em direção às periferias das cidades. Enfrentaram diversas dificuldades para a reprodução digna da vida no espaço urbano. Ao voltarem ao campo, às vezes gerações depois, se deparam com contradições enormes, como a perda de elementos da cultura camponesa anterior (tradição oral, brincadeiras infantis...) e a impossibilidade do acesso a mercadorias e serviços que a cidade oferece ou propagandeia.

Muda-se para a cidade em busca de uma vida melhor e passa a conviver com outras pessoas e suas outras histórias, outros valores, outros sonhos, sentimentos, objetivos, temores, princípios etc.; passa a existir em outro espaço, com outras construções, outras distâncias, outros transportes, outra estética, outros problemas; e talvez outro trabalho, como do trabalhador rural para pedreiro, por exemplo.

Genericamente, rompimentos desta natureza são constantes nas histórias de vida dos Assentados e de seus antepassados devido ao processo migratório vivido anteriormente pelas famílias, não raro envolvendo a periferia de alguma cidade. Além da perda destes saberes populares, há o fascínio, o encantamento provocado pelos meios de comunicação de massa, que dentre outras funções, recriam um mundo abstrato e distante da realidade do(a)s trabalhadore(a)s rurais, embutindo-lhes uma estética colonizada de um mundo dos “sonhos” dos que tem, para os que não tem continuarem não tendo e acreditando que um dia virão a ter.

Diante da realidade da periferia urbana, algumas famílias tentam retornar ao campo através da Reforma Agrária, mas as frustrações prosseguem. Primeiro é a dificuldade de se conquistar a terra, quando conquista, não há espaços para esporte, lazer e cultura, perdeu-se o conhecimento camponês.

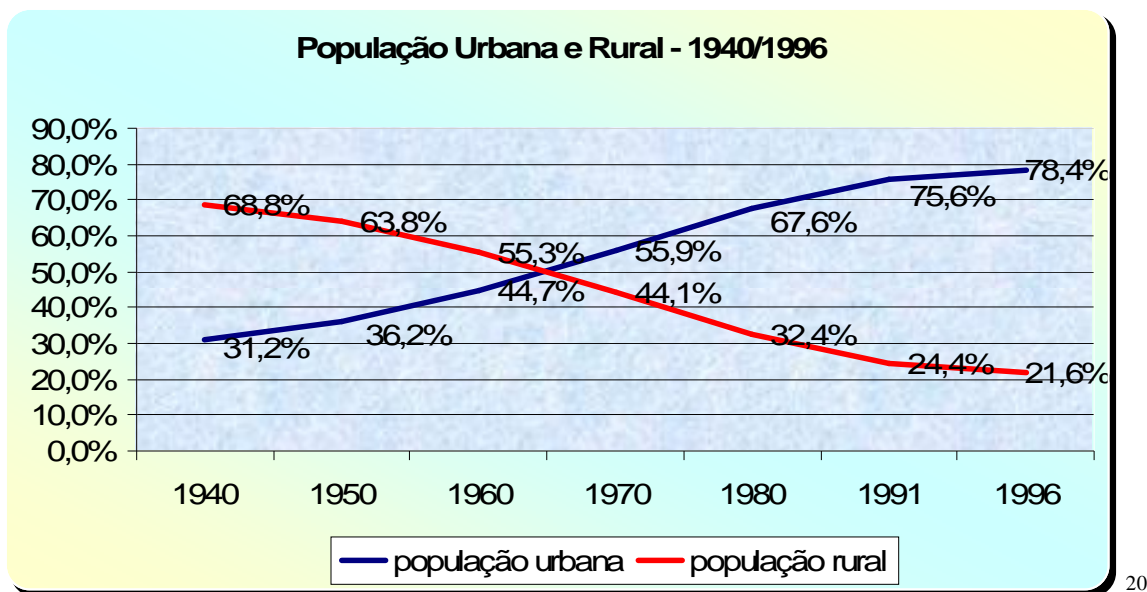
Os jogos e brincadeiras, no caso do Panema, se restringem, predominantemente, ao futebol, baleado e esconde-esconde para as crianças, para os jovens restam o dominó,

ajudar os pais no trabalho e ir para Igreja, além da televisão que domina o tempo de lazer da maioria em todas as faixas etárias.

As crianças desconhecem a maioria das brincadeiras praticadas pelos seus avós e sonham com jogos eletrônicos, *Shopping's Center's*, piscina na escola e parque de diversões; que provavelmente nunca terão. Fantasiam a sua realidade de acordo com a recriação do mundo da televisão.

A não viabilidade econômica da Reforma Agrária implantada completa o trágico quadro, fazendo com que muitas famílias migrem mais uma vez para a cidade.

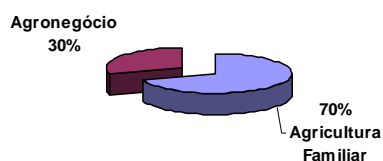
Este não é um fenômeno recente e nem restrito ao Panema ou ao Recôncavo Baiano, pelo contrário, como já foi dito anteriormente, marca a ocupação territorial em todo o Brasil no século XX: Um projeto de sociedade onde o campo não é um lugar para se viver, como demonstram os dados sobre a população rural e urbana fornecidos pelo IBGE:



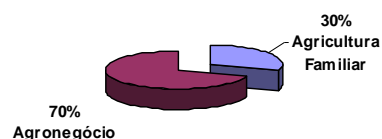
²⁰ Dados retirados do site: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm

Mesmo diante de tantos fatores que inviabilizam a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar como um todo, o Censo Agropecuário de 2006 e a realidade observada nos Assentamentos de Reforma Agrária do Recôncavo baiano demonstram a resistência e a insistência de famílias camponesas em permanecer ou retornar ao campo e em produzir, mantendo a Agricultura Familiar como a principal responsável pela produção de alimentos e pela geração de trabalho e renda no campo brasileiro.

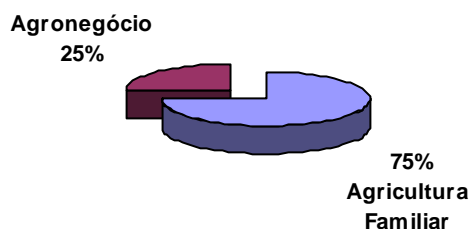
Produção de Alimentos



Área plantada



Geração de Empregos



21

²¹ Retirado do site:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>

3. Os desdobramentos...

É preciso lembrar, que estas informações não apareceram com esta evidência no início dos trabalhos, pelo contrário, mesmo o censo só ganhou sentido no processo, na verificação empírica das hipóteses e nas ações que concomitantemente iam ocorrendo. Lembrar também que esta realidade descrita é a percebida pela ACC, não se pretendendo imparcial e sim criteriosa.

Problemas vinculados à educação saltavam aos olhos, seja pela gravidade demonstrada na precariedade em que se encontrava a escola, pela omissão da prefeitura não oferecendo os serviços básicos determinados pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela falta de um programa permanente de capacitação da professora e, sobretudo, pela preocupação e priorização da comunidade expressa em inúmeros momentos na convivência e no posicionamento no Orçamento Participativo (OP) em outubro de 2008.

As Oficinas com as crianças foram voltadas para a detecção e problematização de elementos da vida cotidiana: Suas brincadeiras, seus desejos, sonhos, medos, o espaço e a história do Assentamento, seus problemas e possíveis soluções. A compreensão do movimento social a que pertencem, do espaço geográfico em que vivem e do conflito de classe em que estão envolvidos. Por fim, contemplando conteúdos do currículo escolar nas disciplinas de matemática, português, história, literatura, sociologia, geografia, ciências e artes.

Participamos dos Encontros Sem Terrinha²² de 2008 e 2009, ambos com a preparação e execução de oficinas pedagógicas, porém em outubro de 2009, depois das oficinas, as crianças decidiram fazer o seu protesto também, em uma passeata até a Secretaria de Educação do município reivindicando a sua escola. São as crianças se empoderando frente aos problemas reais e agindo para superá-los.

²² Resignificação feita pelo MST do dia das crianças, deixando para trás a concepção de um dia para presentes, para o consumo e o benefício de caráter individual em que as crianças Sem Terra nunca puderam participar, pois os presentes desejados nunca chegam à porta. Substituindo por um dia festivo de jogos, brincadeiras e educação, um dia de confraternização e de fortalecimento da coletividade, envolvendo sempre que possível alguma ação política.



Fomentamos e participamos de diversos mutirões para a reconstrução da sede da associação. O objetivo era que enquanto discutíamos a necessidade de uma escola nova e formulávamos possibilidades de ação para a conquista dela, fizéssemos algo que melhorasse as condições materiais no presente.

Realizar mutirões atacava um outro problema percebido na comunidade, a desunião, a predominância das divergências e a ausência de atividades que envolvessem a todos e produzissem alternativas coletivas aos problemas.

Embora alguns mutirões tenham dado certo e o espaço tenha sido reformado, algumas tentativas foram frustradas. As justificativas foram várias: se “fulano” fosse “beltrano” não ia, o trabalho doméstico, as crianças, o trabalho na roça, o lazer do final de semana, entre outros.

Depois de uma última tentativa frustrada no final do semestre de 2009.1, a comunidade autonomamente e durante a nossa ausência fez dois mutirões e terminou a reconstrução da escola. Mais importante do que levantar aquelas paredes era que a comunidade assumisse o controle e resolvesse agir para solucionar os seus problemas e isto aconteceu.

Voltando às crianças: fizemos uma série de oficinas sobre como seria a escola de acordo com a vontade delas, quais símbolos teria (e o que são os símbolos), qual seria sua aparência. Todas elas propuseram símbolos que foram sintetizados em três propostas, era preciso escolher o símbolo definitivo e a comunidade resolveu fazer isto em Assembléia.

Previamente, as crianças se articularam, escolheram consensualmente o símbolo que queriam para o seu espaço educativo e votaram unificados na Assembléia vencendo os

adultos. Uma delas argumentou com a Professora: “Os adultos nunca se unem mesmo, se a gente votar junto, a gente ganha”.

De fato as crianças venceram, embora a maioria dos adultos tenha escolhido outro símbolo. Era a sobreposição da união, da coletividade e da ação coletiva e organizada sobre o individualismo. Então, depois de um ano de atividades, o espaço da educação estava reconstruído pela comunidade, e possuía símbolos e desenhos produzidos e escolhidos pelas crianças. Desde os tempos da ocupação, nove anos antes, que a comunidade não construía nada material coletivamente.



Também fizemos uma seqüência de três oficinas para os adultos com o objetivo de nos apropriarmos dos direitos referentes à educação. A partir de trechos da LDB, pudemos conhecer quais direitos a comunidade possui e quais eram as obrigações da prefeitura.

O debruçar sobre a questão fez surgir o Setor de Educação, enquanto grupo responsável por refletir e agir em defesa da educação da comunidade. O surgimento do

Setor possibilitou atuar sobre um outro problema grave: A centralização do poder na comunidade, o desconhecimento da organicidade do MST (movimento social a que pertencem) e a ausência de experiências de poder popular.

Deste ponto, as oficinas se direcionaram à problematização das relações de poder na comunidade (centralização x coletivização) e de como o MST recomenda que as comunidades se organizem, uma proposta de poder popular. O Setor surge e a pressão sobre a Secretaria de Educação aumenta, culminando com uma ocupação do MST da região na Prefeitura para reivindicar este e outros direitos das comunidades do MST no município.

Outra necessidade que despontou se relacionava com a previdência social e as aposentadorias que não eram adquiridas mesmo sendo direito. Surgiu ai um problema: A comunidade, a história e a realidade colocavam o problema, a necessidade e o desejo de superá-lo, mas nós não tínhamos competência de realizar atividades educativas com este tema.

Este é um problema corriqueiro em atividades de educação popular, é preciso encarar com naturalidade que o processo educativo é um exercício de síntese entre os sujeitos que o compõem. Nem tudo pode ser resolvido, aliás, muito não pode ser. Porém neste caso conseguimos uma parceria externa com um graduando em direito que desenvolve um trabalho de Educação Jurídica Popular em comunidades rurais. O que possibilitou uma série de oficinas sobre o tema e as possíveis superações dos problemas.

É o empoderamento através do conhecimento de seus direitos e de formas de conquistá-lo. Atualmente este trabalho está se desdobrando em oficinas sobre Orçamento Participativo, controle social dos recursos públicos, Ministério Público etc. O que dialoga carnalmente com as demandas do Setor de Educação.

Recentemente começamos a realizar intervenções vinculadas à área da produção e ao cooperativismo. No último semestre participamos de um mutirão de plantio de árvores frutíferas na área coletiva do Assentamento e mais recentemente, no EIVI²³, uma horta

²³ Experimento metodológico teórico-prático de Educação Popular no formato de um Estágio Interdisciplinar de Vivência, em áreas de Reforma Agrária vinculadas ao MST, compreendendo três dimensões: Capacitação de Educadores Populares, realização de Extensão Universitária e problematização junto com a comunidade sobre sua realidade em uma perspectiva transformadora.

comunitária para a merenda escolar. Pretendemos, neste semestre, potencializar ações nesta perspectiva. Além do que já foi iniciado, a comunidade tem colocado o desejo de construção de um galinheiro, de um canteiro de mudas, do cultivo de flores ou de uma horta, todos coletivos.

Os passos ficaram ainda mais claros: Conhecer melhor e mais profundamente a realidade, desnaturalizar os problemas e desconstruir preconceitos, debater, formular alternativas, organizar-se, agir para transformar e refletir novamente. Tudo isto envolvendo a comunidade e os extensionistas.

Não podemos esquecer que a oscilação na participação das pessoas é constante. O envolvimento de muitas pessoas agora não garante a participação amanhã, pelo contrário. São inúmeros os motivos que afastam as pessoas umas das outras e, sobretudo, da perspectiva transformadora. Na verdade quase tudo nos empurra para a inércia política e o egoísmo individualista.

O que demora meses para ser construído, pode ser desmanchado em poucos dias. É preciso compreender estas oscilações como inerentes ao processo e não como motivo para desânimo. Educação Popular é paciência histórica.

O tempo da comunidade e do processo educativo não é o mesmo tempo de nossa vontade. O mais importante não é ter a escola pronta no final e sim a forma como a escola foi conquistada ou construída, o sentimento coletivo de pertencimento à escola construída. O significado que esta escola pode ter para a comunidade. Uma Escola Popular?!

Para os extensionistas é uma oportunidade de autotransformar-se em uma práxis voltada para a transformação social radical. São os estudantes aprendendo com famílias de trabalhadores e trabalhadoras que resistem às injustiças e agem para destruí-las, mesmo tudo sendo contra. Além de abrir possibilidades de atuação profissional em uma perspectiva de transformação social.

Educadores e educandos, comunidade e extensionistas, crianças e adultos, todos transformando a realidade e se transformando simultaneamente, construindo uma nova

Foram 4 dias de capacitação prévia, 9 dias de vivência quando os estudantes se submeteram às mesmas condições de vida das famílias assentadas ou acampadas, e ainda fazem intervenções nos formatos de oficinas, mutirões, culturais etc.

sociabilidade, uma nova prática pedagógica fora e dentro da escola, calcada em valores solidários e coletivistas, em formas lúdicas e descontraídas de se comunicar, objetivando solucionar problemas concretos e bastante incômodos, sem perder a densidade de conteúdo.

4. E agora? O agora...

Neste momento um outro dilema fundamental se coloca: Devemos mudar para outra comunidade ou ainda há muito que fazer? Devemos pensar em migração ou em ampliação do trabalho?

Constantemente, surgem defesas da necessidade da mudança de comunidade, que para não sermos assistencialistas devemos em dois anos mudar de comunidade. Sinceramente não entendo esta relação entre assistencialismo²⁴ e tempo de permanência.

O que a ACC vem demonstrando é a possibilidade de permanência com expansão, ao invés de migrarmos de comunidade em comunidade, aprofundamos o máximo possível em uma comunidade e daí, expandimos o trabalho para as outras comunidades vizinhas. É a mesma lógica do início da ACC: “Começar do começo”.

Enquanto escrevo este artigo, o coletivo de monitoria da ACC está planejando um curso de capacitação para educadores populares, de um ano, que atingirá trinta educadores de dezoito comunidades em seis municípios. Esta capacitação terá a experiência do Panema como suporte e os educadores como multiplicadores.

Esta expansão já é real também em algumas parcerias que a ACC vem fazendo com o NEPPA – Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias, sendo a mais importante no Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção em Áreas de Reforma Agrária (EIVI), também coordenado pela ACC e pelo coletivo de monitoria do NEPPA.

Durante o Estágio, a ACC se encontrou espalhada, através de seus educandos, nas demais comunidades da região realizando intervenções de Educação Popular e se apropriando da realidade destas comunidades. Ampliando sua ação do Nova Panema para o Recanto da Paz (24 famílias), o Bento (73 famílias), Pedrinhas (25 famílias) e o Acampamento Santa Maria (67 famílias).

Em decorrência desta ampliação, neste semestre algumas novas possibilidades estão sendo articuladas: Educação Popular com a Juventude em toda a região, mas tendo como foco o Bento, que é onde tem mais jovens, Educação Popular em Agroecologia com dois

²⁴ De acordo com o senso comum: Ajuda paliativa e superficial que não possibilita transformações estruturais, apenas ameniza problemas e conflitos.

focos, um no Panema e outro no Recanto da Paz e Educação Popular em Saúde envolvendo três comunidades: Santa Maria, Panema e Recanto da Paz.

É preciso compreender que cada processo educativo tem sua dinâmica própria, seu caminho específico e seus prazos. Determinar padronizando é um grave erro, pois a extensão universitária deve ser uma síntese entre universidade e sociedade, no nosso caso ACC e comunidade. Cada atividade deve ter um caminho próprio, particular e autônomo.

É esta concepção de extensão universitária que defendemos e tentamos colocar em prática. Uma extensão que supere o monólogo do saber universitário que é estendido e depositado em outro grupo social, seja em conteúdo, no método ou na burocracia que a viabiliza. Tornando-se diálogo, comunicação entre saberes distintos, nem piores e nem melhores, apenas diferentes. O popular e o acadêmico que se fundem instrumentalizando comunidades na superação de problemas concretos, extensionistas e educadores populares em sua formação acadêmica, profissional e humana.²⁵

E o assistencialismo é um risco perigoso e constante em todas as fazes do trabalho. A pobreza salta aos olhos todo o tempo e a nossa educação cristã e paternalista nos empurra nesta direção desde o primeiro dia. Não incorrer neste erro requer clareza de objetivos, apropriação teórica adequada, vigilância individual e coletiva constante, dedicação e disciplina. Não creio que se afastar seja a alternativa apropriada. Transformar a realidade, mesmo que em uma pequena comunidade é complexo e não raro demorado.

As reflexões aqui colocadas são inerentes a este processo e generalizações provavelmente induzirá a erros. Mesmo tendo feito algumas afirmações, o objetivo fundamental deste artigo é demonstrar, esclarecer, problematizar e refletir sobre uma prática específica para que este conhecimento não se perca em nossas memórias e possa, de alguma forma, contribuir com outras experiências.

²⁵ Sobre a atuação de extensionistas em áreas de Reforma Agrária, limitações, problemas e alternativas, ver FREIRE (2006).

3. Referências Bibliográficas

- SILVA, José Graziano. *O que é Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JUNIOR, Caio Prado. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil v. 1 – O debate tradicional: 1500-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil v. 2 – O debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil v. 4 – História e Natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de. *Território, Globalização e Fragmentação* – São Paulo: ANPUR, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Comunicação ou Extensão?* São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- MESZÁROS, Istvan. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é a Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BOFF, Clodovis. *Como trabalhar com o povo*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1986.

Frei Betto. *Desafios da Educação Popular*. São Paulo: CEPIS, 2000.

DUARTE JR, João Francisco. *Por que Arte-Educação?* Campinas, 2001.

CHATEAU, Jean. *O Jogo e a Criança*. São Paulo: Summus, 1987.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico*. São Paulo: Loyola, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. *O processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no Estado da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004

Caderno de Educação do MST nº 6: Como Fazer a Escola que Queremos: O Planejamento.

Caderno de Educação do MST nº 8: Princípios Pedagógicos e Filosóficos do MST.

Caderno de Educação do MST nº 9: Como fazemos a Escola do Ensino Fundamental.